

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO 1º SEMESTRE DE 2022

A UCI – Unidade de Controle Interno do Município de Nova Cantu, foi instituída pela Lei Municipal nº 180/2007 de 05 de junho de 2007, e posteriormente alterada pela Lei Municipal nº 248/2008 de 09 de dezembro de 2008.

A Unidade de Controle Interno realiza a análise dos documentos, processos, relatórios e planilhas apresentadas pela Autarquia NOVA CANTU PREV, bem como a verificação *in loco* ou digital de todos os processos e documentos emitidos pela autarquia para a aferição dos procedimentos, em atendimento às exigências do Pró-Gestão (Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios).

O Programa de Certificação Institucional “Pró-Gestão – RPPS”, criado pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia que tem como objetivo incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, baseadas nos pilares: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária. Os Servidores da Autarquia com o apoio dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva estão implantando ações, elaborando relatórios, bem como revisando processos de trabalho a fim de atender os requisitos mínimos de ações de boas práticas de gestão previdenciária para obtenção da certificação.

1. REGULAMENTAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

O NOVA CANTU PREV está regulamentado pela Lei Municipal nº 137/2005. Verificou-se que foram realizadas adequações parciais, alterações determinadas pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que altera o sistema de Previdência Social e estabelece regras de transição e disposições transitórias, através da Lei Municipal nº 645/2019, a qual alterou o percentual da alíquota de contribuição previdenciária e devolveu ao Município os benefícios temporários, como auxílio doença, salário maternidade e auxílio reclusão.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 DAS RECEITAS – FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o Balancete da Receita gerado pelo Sistema Elotech, verificamos que estão devidamente lançados as cobranças e registros das receitas das contribuições patronal, aporte e dos segurados.



Verificou-se ainda que os recolhimentos ocorreram por parte patronal e do servidor civil ativo, civil inativo e pensionistas, sendo realizados pelas entidades Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Nova Cantu Prev.

2.2 DEMAIS RECEITAS

Ainda, segundo o Balancete das Receitas, verificamos que estão devidamente lançados os registros das receitas de rendimentos de aplicação financeiras.

2.3 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RECEITAS

Verificou-se através do Balancete da Receita, gerado pelo Sistema Elotech, que durante o período analisado, houve uma frustração de arrecadação em relação ao valor orçado, conforme demonstra a tabela abaixo:

Receitas	Previsão no Período	Realização no Período	Resultado (%)
Contribuições	2.250.000,00	983.131,20	43,69%
Patrimonial	2.450.000,00	291.486,93	11,89%
Aportes	1.300.000,00	578.355,19	44,48%
Compensação	500.000,00	0,00	0,0%
Total	6.500.000,00	1.852.973,32	24,35%

2.4 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Verificou-se que o Comitê de Investimentos do NOVA CANTU PREV em obediência à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/2021, elabora anualmente sua Política de Investimentos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração e publicada no site do RPPS.

Conforme relatórios do Comitê de Investimentos, durante o 1º semestre de 2022, os investimentos do RPPS tiveram uma rentabilidade no valor de R\$ 291.486,94. Sendo a rentabilidade da carteira nos meses de abril e junho negativo, e nos demais meses ficou positivo.

O Comitê de Investimentos justificou que ainda perdura a volatilidade no mercado financeiro por consequência da guerra Rússia X Ucrânia, além do cenário político do Brasil, que impactam diretamente o mercado financeiro mundial

O Comitê realiza reuniões periódicas e conforme as atas disponibilizadas no site do NOVA CANTU PREV, verificou-se que são feitas análises do cenário econômico e da composição da carteira de investimentos.

3. DESPESA

3.1 FORMALIZAÇÃO E CONTEUDO

Verificou-se que de acordo com o Balancete da Despesa, emitido pelo Sistema Elotech, os lançamentos das despesas no período estão regulares quanto ao seu aspecto formal.



3.2 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Verificou-se que Autarquia durante o 1º Semestre de 2022, concedeu 03 (três) benefícios, sendo:

TIPO DE BENEFÍCIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL DO 1º SEMESTRE
Aposentadoria por idade e tempo de contribuição	0	01	0	0	01	00	02
Pensão por Morte Inativo	0	0	01	0	0	0	01
TOTAL	0	01	01	0	0	0	03

Em análise dos processos físicos e digitais, verificou-se que todos os processos de concessão de benefícios, considerando a sua formalidade obedeceram aos preceitos Constitucionais, as Emendas 41/2003 e 47/2005, bem como a Instrução Normativa 69/2012 – Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

Inicialmente, verificou-se qual o “tipo” de aposentadoria que se referia cada processo, ou seja:

- Integral por Tempo de Contribuição;
- Invalidez;
- Proporcional por Idade;
- Especial.

Após a identificação do tipo de aposentadoria, verificou-se quanto a inserção dos seguintes documentos:

- a) Requerimento do servidor, solicitando a aposentadoria;
- b) Cópia de RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Casamento;
- c) CTPS – Carteira de Trabalho de Previdência Social;
- d) Declaração firmada pelo servidor de percepção ou não de proventos de aposentadoria de RPPS dos membros da Federação e nem os alusivos a cargos, empregos ou funções públicas, ressalvados os cargos, empregos e funções públicas acumuláveis, na forma da Constituição Federal;



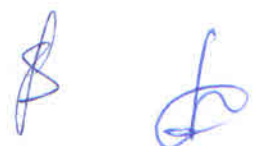
- e) Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, especificando o tempo computado para todos os efeitos legais e o tempo computado para fins de aposentadoria;
- f) Demonstrativo dos cálculos de proventos, discriminando o vencimento do cargo efetivo, os adicionais por tempo de serviço e as demais vantagens, com fundamento legal para a incorporação, quando for o caso, informando o total mensal e especificando se os proventos são integrais ou proporcionais, devendo neste último caso, informar a proporcionalidade adotada, quando for o caso;
- g) Certidão expedida pelo INSS referente ao período celetista, quando for o caso, e/ou Certidão fornecida por outros regimes próprios de Previdência, nos termos da Portaria nº 154, de 15.05.2008 do MPS;
- h) Certidão atestando o efetivo exercício nas funções de magistério, na educação infantil e no ensino fundamental e médio, nos termos do §5º do Artigo 40 da Constituição Federal, nos casos de aposentadoria especial de professor;
- i) Laudo Pericial atestando a incapacidade definitiva do(a) servidor(a), nos casos de aposentadoria por invalidez, indicando se a moléstia está elencada na legislação, acompanhado do termo de curatela, se for o caso;
- j) Cópia do último comprovante de remuneração do(a) servidor(a);
- k) Nos casos de servidor admitido após a Constituição Federal de 1988, informar o número da decisão do Tribunal de Contas que julgou legal a sua admissão;
- l) Parecer Jurídico analisando a legalidade da concessão da aposentadoria;
- m) Ato de concessão da aposentadoria, constando o nome do servidor, cargo até então ocupado e fundamentação legal da concessão;
- n) Publicação do ato aposentatório – Decreto e,
- o) Relatório circunstanciado TCE-PR, formulário de encaminhamento e extrato de Autuação para TCE-PR, caso este já tenha sido encaminhado ao Tribunal.



CONCESSÃO DE PENSÃO

Verificou-se quanto à formalidade dos processos de concessão de pensões e se estavam presentes os seguintes documentos:

- a) Requerimento solicitando a concessão de pensão;
- b) Declaração firmada pelo servidor de percepção ou não de proventos de aposentadoria de RPPS dos membros da Federação e nem os alusivos a cargos, empregos ou funções públicas, ressalvados os cargos, empregos e funções públicas acumuláveis, na forma da Constituição Federal;
- c) Certidão de Casamento atualizada com averbação do óbito ou certidão de união estável;
- d) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- e) Certidão de nascimento dos filhos maiores inválidos e comprovante de sua incapacidade (Laudo Médico com CID);
- f) Carteira de Identidade e CPF do(s) dependente(s);
- g) Certidão de óbito;
- h) Comprovante de residência atualizado;
- i) Título de eleitor dos beneficiários, quando for o caso;
- j) União Estável e/ou dependência econômica, a comprovação se dará através de no mínimo 03 (três) documentos.
- k) Certidão de Tempo de Contribuição do servidor(a) falecido(a), no caso deste(a) servidor(a) se encontrar na ativa quando de seu falecimento;



- l) Nos casos em que o(a) servidor(a) falecido(a) tenha sido admitido(a) no serviço público após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a indicação da decisão do Tribunal de Contas que registrou sua admissão;
- m) Cálculo da pensão, concedida nos termos do Art. 40, § 2º ou do § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal, com a indicação dos beneficiários e o percentual atribuído a cada um.
- n) Cópia do último comprovante da remuneração do(a) servidor(a) antes do falecimento;
- o) Parecer Jurídico analisando a legalidade da concessão do benefício;
- p) Ato de Concessão da pensão, constando o nome do(s) beneficiário(s) e do(a) servidor(a) falecido(a) e a fundamentação legal da concessão;
- q) Publicação do ato concessivo da pensão previdenciária;
- r) Relatório circunstanciado TCE-PR, Formulário de Encaminhamento e extrato de Autuação para TCE-PR, caso este já tenha sido encaminhado ao Tribunal.

Quanto aos pagamentos dos servidores inativos e pensionistas processaram-se dentro das datas previstas, de acordo com a Lei Municipal 137/2005, ocorrendo no quinto dia útil do mês subsequente, conforme segue:

COMPETENCIA	DATAS DE PAGAMENTOS
Janeiro	07/02/2022
Fevereiro	08/03/2022
Março	07/04/2022
Abril	06/05/2022
Maior	08/06/2022
Junho	07/07/2022

3.3 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Verificou-se por meio dos relatórios do Sistema Elotech, que os gastos administrativos com recursos da Taxa de Administração estão dentro do limite de até 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, conforme art. 93 da Lei municipal nº 137/2005, e previsão orçamentária anual.



3.4 ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

Em análise comparativa entre o Relatório de Empenhos Orçamentários e o Relatório de Despesas Extraorçamentárias do Sistema Elotech, com o movimento de caixa disponibilizado pela Contabilidade (empenho, notas de liquidação de empenho, nota de despesa extraorçamentária, liquidação, ordem de pagamento, notas fiscais, boletos e comprovantes de pagamentos bancários), verificou-se que foram cumpridas todas as obrigações financeiras no período.

3.5 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DESPESAS

De acordo com o Balancete das Despesas, verificou-se que as despesas estão abaixo do valor orçado para o período, conforme quadro abaixo:

Despesas	Previsão no Período	Realização no Período	Resultado %
Desp. Correntes	200.000,00	21.624,22	10,81%
Aposentadorias	2.000.000,00	1.078.271,37	53,91%
Pensões	300.000,00	91.198,06	30,39%
Compensação	550.000,00	8.483,19	1,54%
Outros Benefícios	1.000.000,00	0,00	0%
Reserva de Contingência	2.450.000,00	489,37	0,1%
Total	6.500.000,00	1.200.066,21	18,46%

4. AVALIAÇÃO ATUARIAL E ADOÇÃO DE MEDIDAS PROPOSTAS PELO ATUÁRIO

De acordo com o Relatório de Avaliação Atuarial, realizado pela empresa Melo Atuarial Cálculos Ltda, referente ao ano-base 2022 e data-base 31/12/2021, que encontra-se disponível no site do NOVA CANTU PREV, compreendemos que:

O NOVA CANTU PREV é formado por todos os servidores ativos e, também os futuros servidores do Município e da Câmara Municipal, e deverá ser financiado pelas contribuições normais de servidores ativos, inativos e pensionistas, pela Prefeitura e Câmara Municipal através da alíquota patronal e aportes para cobertura de déficit atuarial, conforme previsto nas avaliações atuarias.

Foi constatado que o NOVA CANTU PREV possui Déficit Atuarial no valor de R\$ 24.764.438,39 (vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e nove). O Déficit está sendo pago de acordo com o Plano de amortização por alíquotas suplementares escalonadas, conforme Decreto Municipal nº2363/2022, visando a cobertura do mesmo.

5. SERVIDORES INTEGRANTES DO RPPS



Verificou-se que o NOVA CANTU PREV possui 02 (dois) servidores efetivos do município, cedidos em tempo integral, cujas remunerações são fixadas pela Lei Municipal nº 441/2014, e pagos pelo Município.

6. INDIVIDUALIZAÇÃO CONTÁBIL DAS CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DO ENTE

Conforme verificado no Balancete da Receita, as contribuições previdenciárias dos segurados, as patronais e aportes estão devidamente classificadas e rubricadas contabilmente de forma individualizada e separadas por servidor civil ativo, servidor civil inativo/pensionista.

7. PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Verificou-se que de acordo com o Decreto nº 2315, de 03 de Janeiro de 2022, as seguintes representatividades:

7.1 Conselho de Administração é composto por:

Representação	Membros
Representantes do Poder Executivo	02 efetivos e 02 Suplentes
Representantes do Poder Legislativo	02 efetivos e 02 Suplentes
Representantes dos Servidores Ativos	02 efetivos e 02 Suplentes
Representantes dos Servidores Inativos	01 efetivos e 01 Suplentes
TOTAL: 07 membros	

7.2 Conselho Fiscal é composto por:

Representação	Membros
Representantes do Poder Executivo	02 efetivos e 02 Suplentes
Representantes do Poder Legislativo	01 efetivos e 01 Suplentes
Representantes dos Servidores Ativos	01 efetivos e 01 Suplentes
Representantes dos Servidores Inativos	01 efetivos e 01 Suplentes
TOTAL: 05 membros	

De acordo com o Decreto nº 834/2012, de 25 de agosto de 2012, o Comitê de Investimentos é composto por 05 (cinco) membros sendo: 02 originários do Conselho de Administração, 01 membro originário do Conselho Fiscal, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro.

Verificou-se ainda que as atas dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos encontram-se devidamente publicadas no site do NOVA CANTU PREV.



8. PROCESSOS JUNTO AO TCE/PR

Constatou-se que no período, a Autarquia possui junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 14 (vinte) processos enviados que aguardam ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO, sendo 10 aposentadorias e 04 pensões.

9. DENÚNCIAS OU REPRESENTAÇÕES

Até o presente momento não temos conhecimento de denúncias ou representações.

10. LICITAÇÕES E CONTRATOS

No período averiguamos 02 (dois) processos de licitação, sendo:

Tipo de Licitação	Nº da Licitação	Nº do Processo	Objeto
Dispensa	001/2022	001/2022	Contratação de Prestação de Serviços na área de Avaliação Atuarial para RPPS, para realização do Cálculo Atuarial para o exercício de 2022.
Dispensa	002/2022	002/2022	Contratação de Prestação de Serviços na área de Tecnologia da Informação RPPS, para realização de Fornecimento de Site através de licença de uso, manutenção e hospedagem.

No período foi firmado 01 (Um) contrato, sendo:

Contrato	Tipo de Licitação	Nº da Licitação	Nº do Processo	Objeto
002/2022	Dispensa	002/2022	002/2022	Contratação de Prestação de Serviços na área de Tecnologia da Informação RPPS, para realização de Fornecimento de Site através de licença de uso, manutenção e hospedagem.





Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nova Cantu

11. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Constatou-se que de acordo com a Secretaria da Previdência – Ministério da Economia, o Município está com o CRP (nº 987719 – 209529) vigente e com validade até 07/11/2022.

12. TRANSPARÊNCIA

Em atendimento aos princípios da Publicidade e Transparência o Nova Cantu Prev mantém seu site atualizado, a versão atual possui boa usabilidade, facilitando o acesso às informações da autarquia.

Portanto, não foram verificados quaisquer erros ou vícios quanto à sua formalidade, concluindo pela REGULARIDADE dos procedimentos realizados no 1º Semestre de 2022.


É o relatório.

Nova Cantu, 28 de Setembro de 2022.



JOSÉ APARECIDO GUIMARÃES

Controlador Interno



JOSIANE SILVESTRE

Controladora Geral